

4to Coloquio Internacional
Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina.
Políticas públicas: posibilidades, obstáculos, y desafíos

José Guilherme dos Santos Fernandes
Universidade Federal do Pará (Brasil)
ETNOSSABERES: PRINCÍPIOS E PROPOSIÇÕES

A presença de grupos socioculturais diversos nos cenários públicos, tanto no âmbito internacional como no Brasil, tem provocado tensões, conflitos, diálogos e negociações orientadas à construção de políticas públicas que focalizem estas questões (CANDAU, 2012, p.236).

O início do século XXI traz a marca das diferenças culturais que foram visibilizadas no último quartel do século anterior, fruto de longos e penosos processos de descolonização, seja a política, seja a descolonização cultural e dos saberes, esta oriunda de traumas e recalques que marcaram e marcam indelevelmente o pensamento e a ação de muitos neo-colonizados. Mas, contraditoriamente, o que poderia originar uma convivência tolerante, ao menos, mediante diálogos e negociações, tem açulado as partes envolvidas em situação de contatos, implicando em tensões e conflitos generalizados e cotidianos. O caso do Brasil, no pós-Nova República, período iniciado com a abertura política e social que sucedeu a Ditadura Militar (a partir de 1985), as intolerâncias culturais marcadamente presentes depois da eleição e deposição da presidenta Dilma Roussef, que culminou em seu impedimento em 2016, desfloram um país dividido entre norte e centro-sul, em que o histórico de colonização – o primeiro marcadamente mestiço e indígena, e o segundo com acentuada presença eurocêntrica – tem levado ao desmonte de políticas públicas conquistadas nas duas últimas décadas, como renda mínima e acesso à educação pública e superior a todas as classes sociais. Sem entrar no mérito da generalizada corrupção política no país, que atinge direta ou indiretamente os três poderes do Brasil, a questão é que quem paga a conta, financeira e simbólica, são as populações empobrecidas pela ancestral colonialidade, pois existe o fantasma iminente da margilização destes grupos pelo retrocesso e suspensão das políticas públicas de acesso e permanência aos bens públicos sociais e culturais, como a educação superior. O atual (des) governo publicamente já assumiu, em diversas ocasiões, não temer ser mandatário impopular e praticar medidas impopulares se for para produzir “benefícios ao país”. Mas pergunta-se: o que é ser impopular? O que é produzir benefícios? Benefícios para uma oligarquia ancestral brasileira, branca, misógina, homofóbica e plutocrática. E estas qualidades se traduzem em cortes acentuados e seletivos na máquina pública do poder executivo, por vezes mais de 50% do previsto (nas universidades federais 75%), o mesmo não acontecendo com o repasse de recursos ao legislativo, base de sustentação e aprovação do governo, governo que, contrariamente à aprovação pelos deputados federais e senadores, amarga a marca de 70% de desaprovação popular e apenas 5% o aprovam (CNI/Ibope, em julho de 2017). Ou seja, ser impopular é penalizar a população e beneficiar as oligarquias políticas, suspendendo qualquer forma de apoio à inclusão indígena no ensino superior, como atualmente ocorre no Brasil, com acentuado cortes de financiamento a iniciativas de graduação para povos e comunidades tradicionais, como educação do campo, etnodesenvolvimento e licenciaturas interculturais.

Mas na contramão desse desgoverno brasileiro, podemos afirmar que as iniciativas que primam pela promoção das relações interculturais ainda pulsam. Uma das mais antigas é o Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena, apenas para nos referirmos a uma realidade em que nos

situamos, a Amazônia brasileira. O Núcleo foi criado oficialmente em dezembro de 2001, na Universidade Federal de Roraima, com a instalação do Curso de Licenciatura Intercultural, em janeiro de 2003, e que atualmente se expandiu com as licenciaturas em Saúde Indígena e Gestão Territorial Indígena. Evidentemente que outras iniciativas ocorreram, como no Mato Grosso, em Santa Catarina e no Pará, entre outras. Mas ainda existe uma tímida oferta, dada a realidade dos indígenas no Brasil, com cerca de 800 mil indígenas no país; segundo o linguista Aryan Rodrigues, “no Brasil reconhecem-se 42 famílias linguísticas genéticas, dez das quais constituem o tronco Tupí e outras doze que integram o tronco Macro-Jê”. Dados que comprovam a representatividade da população indígena brasileira, tanto no que se refere a quantidade quanto à diversidade populacional.

O risco iminente à ampliação da consciência intercultural em um país pluricultural poderá limitar a ação cidadã de povos e comunidades marginalizadas no processo colonizador, pois para impulsionar estes povos é necessário que se

criem espaços para a ampliação, a análise e a circulação de conhecimentos culturais próprios e para a afirmação da consciência de povo. É desta perspectiva que deve ser concebida a valorização dos conhecimentos adquiridos ancestralmente: não como conhecimentos estáticos no tempo, imunes à dinâmica cultural, mas como conhecimentos vivos e cambiáveis (CARVALHO, FERNANDES & REPETTO, 2008, p. 56).

E os espaços acadêmicos próprios, com cursos direcionados a estes povos, tanto na absorção de público quanto na construção de propostas epistemológicas e metodológicas autênticas, são iniciativas necessárias, enquanto não houver a adequação interculturalização de todo o ensino superior, como propõe Daniel Mato.

Por isso, a Universidade Federal do Pará, localizada em região de acentuada presença indígena, propõe-se, a partir do Campus Universitário de Bragança, a instalar o Curso de Licenciatura em Educação Intercultural, atualmente em fase de apreciação do Projeto Político-Pedagógico pelos colegiados superiores, com provável instalação em 2018. Nesta proposta componho o quadro de docentes, além de ter sido consultor. A proposta pretende atender não somente o público indígena especificamente, mas também a todos os segmentos dos povos e comunidades tradicionais, em atenção ao que discrimina o Decreto 8.750/2016 – Presidência da República do Brasil, que instituiu o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, de caráter consultivo, cujo foco é

promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com vistas a reconhecer, fortalecer e garantir os direitos destes povos e comunidades, inclusive os de natureza territorial, socioambiental, econômica, cultural, e seus usos, costumes, conhecimentos tradicionais, ancestrais, saberes e fazeres, suas formas de organização e suas instituições” (inciso I, art. 2º).

Com esse amplo atendimento pretende-se, de fato, atender, de outro modo, ao preceito da interculturalidade, como processo que deve favorecer à inclusão de atores e saberes, pois

a plena inserção intercultural não é somente a presença de atores nas instituições de ensino superior, mas a inclusão de seus saberes nos delineamentos curriculares, epistêmicos e metodológicos, pois entendo o conceito de interculturalidade como a colaboração solidária e criativa entre culturas em contato, com reconhecimento mútuo de seus valores e modos de vida (FERNANDES, 2016, p.43).

Portanto, o princípio de nossa proposta de educação intercultural considera a interrelação de grupos diversos, conviventes em regiões culturais próximas, falantes de uma mesma língua ou não: o que deve ser a razão principal da aproximação é o querer estar juntos e querer conhecer um ao outro. A partir do querer-sentir-pensar-fazer, as Diretrizes Orientadoras do projeto pedagógico se constroem em quatro princípios: Ciclos Bioantropológicos e Temporalidades; Educação dos Sentidos; Pesquisa-ação Colaborativa; e Integração de Saberes e Ciências. Porque mesmo que se reconheça que a criação de sistemas simbólicos não seja unicamente faculdade humana – primatas e cetáceos apresentam sistemas semelhantes – há de se convir que a complexidade e produtividade de nosso sistema, como processo cumulativo, evolutivo e educativo, o tornam central em uma perspectiva ecológica, o que implica em nossa ampla relação com a natureza, com os demais humanos, conosco mesmo. Daí que a cultura, e a linguagem como sua mais imediata realização, determina formas de ver, sentir, expressar, atuar e avaliar nossa relação com o mundo, em interação entre humanos e não-humanos, mediante ciclos naturais e temporalidades diversas (Ciclos Bioantropológicos e Temporalidades), moldando nossos sentidos em processo perceptivo e formativo do mundo (Educação dos Sentidos), que constituem nossa identidade. Mas não apenas nos construímos endogenamente, através de nosso aparelho sensitivo, mas, talvez, em grande parte nas interações entre as diversas culturas com as quais coexistimos, o que, por vezes, gera conflitos em decorrência de que as influências culturais mutuas não ocorrem sempre de modo harmonioso e com respeitabilidade e diálogo; por isso, a necessidade de trabalho colaborativo em processos interculturais, para o (re)conhecimento de realidades diversas e ricas (Pesquisa-ação Colaborativa). Somente assim a interculturalidade pode assumir a atitude positiva de diversidade cultural, como princípio normativo, individual e social, constituinte de um projeto educativo inclusivo e dialógico, valorativo de saberes oriundos dos mais diferentes grupos culturais, bem como de distintas epistemologias (Integração de Saberes e Ciências).

Para a sistematização das diretrizes, propuseram-se ações no currículo que privilegiassem “as categorias locais e as diferentes lógicas de pensamento, enquanto estratégias frente à situação de coexistência interétnica. Essas ações têm um caráter aberto diante das novas realidades para que se possa entender melhor e de modo mais justo a diversidade cultural” (CARVALHO, FERNANDES & REPETTO, 2008, p. 56).

Para fins de organização curricular, o projeto pedagógico apresenta a formação em quatro anos, sendo que cada ano comportará um eixo temático, assim definidos: 1º) Observação e Percepção; 2º) Problematização e Epistemologias; 3º) Interação e Vivências; e 4º) Proposições e Colaboração Intercultural. O Eixo temático está baseado na concepção de tema gerador, considerando-se est como o eixo condutor da ação curricular, que favorecerá a construção do conhecimento. O tema está baseado nos saberes e práticas dos educandos e seus respectivos grupos socioculturais, ou seja, é extraído do saber-fazer, que comporta um pensar implícito a cada manifestação de cultura: é dessa relação entre saberes locais (habilidade para resolver problemas práticos) e saberes acadêmicos (projeção de problemas em abstrações cognitivas) que deverá se ampliar o conhecimento, inclusive com modificações no currículo inicialmente proposto, em perspectiva intercultural. Para tanto, há necessidade do educando proceder ao “estranhamento” de sua realidade, proceder à quebra do senso comum, por isso a necessidade de observar e perceber, utilizando-se, inicialmente, do corpo e dos sentidos como instrumento (percepção), por natureza, “humanos”, que dimensionam o “mundo”. A observação inicialmente é dos ciclos bioecológicos (natureza) e das temporalidades (cultura), que conformam o momento da observação, entendendo-se as temporalidades como práticas e valores materialmente históricos. Os

procedimentos educativos, além da oferta de disciplinas teóricas, no 1º ano, serão: a) formação artística e humanística, através da assistência a filmes, audiência de espetáculos musicais e teatrais; b) a realização de observação participante e etnográfica, com registros audiovisuais; c) construção de cartografia social e de memorial; d) participação em festas e festividades populares. No 2º ano, o eixo temático será o da Problematização e Epistemologias, pois o educando, conhecedor e sensibilizado de sua realidade, a partir da desconstrução do senso comum questionará o aparente bom senso comunitário, que possivelmente impede a interação sociocultural endógena e exógena ao seu grupo, minimizando o (re)conhecimento do diverso e do diferente. Neste momento, além da oferta de disciplinas teóricas e da formação artística e humanística, os educandos realizarão monitoria com professores e terão, mais amiúde, orientações de pesquisa-ação em grupo ou individualmente.

No 3º ano, o eixo será de Interação e Vivências, iniciando-se aqui, mais efetivamente, a colaboração intercultural, pois grupos mistos de educandos, de comunidades diversas, deverão conviver, por certo período, tanto na universidade como em pesquisas e vivências de campo a fim de terem contato com diferentes concepções de mundo e valores que estarão em interação, proporcionando tensões e acordos na equalização de problemas propostas, que poderão ser comuns ou específicos a cada grupo e comunidade em contato. Daí que neste momento seja proposto um projeto de colaboração intercultural, em que as vivências e diferenças do grupo misto, em experiência por diversas comunidades e biomas, além do contato in loco com mestres de saberes locais, mediante monitoria comunitária, efetivarão o sentido de interculturalidade. Para o feed back avaliativo, do alcance ou não do objetivo de colaboração intercultural, serão realizados seminários de estudos das realidades vividas e círculos de diálogo e debates.

Por fim, no 4º ano o eixo será de Proposições e Colaboração, entendendo-se este momento como a sistematização das vivências do ano anterior no sentido da aplicação de projeto conjugado de ensino, pesquisa e extensão na comunidade de cada educando, com a inclusão e formação de agentes locais na construção do processo de pesquisa-ação. O resultado será o trabalho final de curso, com perfil de projetos agroecológicos, artístico-culturais, educativos e de desenvolvimento local, com possível produção de material didático, de cartografia de práticas e saberes locais e de propostas de intervenção de minimização de impactos socioambientais e socioculturais, com finalidade de concorrer para o Bom Viver. Este momento será também o de devolutivas à comunidade, mediante a oferta de produto final para a equalização de problemas locais, além da divulgação dos resultados em seminários e/ou publicações.

Com essa proposição, acredito que possamos ir ao encontro da interculturalidade como uma construção também de etnossaberes, visto que

Interculturalidade é o contato entre culturas, com possíveis trocas que se estabelecem em termos equitativos e em condições de igualdade, como processo de permanente relação, comunicação e aprendizagem entre pessoas, grupos, conhecimentos, valores e tradições, sem necessariamente haver a fusão, ou hibridização, entre as práticas e os saberes postos em contato. Dito isto, entende-se, aqui, que o conceito de etnossaberes, com acento na pluralidade dos mesmos, pressupõe uma forma de contato – pelo conjunto mais amplo de contatos, responderia a interculturalidade – em que diferentes formas de agir sobre o mundo estão pautadas em diferentes formas de pensar, mas que podem ter pontos de contato, dada a natureza unitária das necessidades biofisiológicas humanas, mas que originam diversas soluções culturais, dado o caráter amplo e multifacetado das ações humanas na natureza, pelo viés da adaptabilidade das culturas (FERNANDES, 2016, p.57).

Por isso, pensar um curso de educação intercultural, em perspectiva de etnossaberes, poderá ser um dos caminhos para a plena interculturalidade na educação superior, enquanto não alcançamos o que propõe Mato:

Que la educación superior sea plenamente intercultural permite pensar el futuro desde otros valores y visiones de mundo, por ejemplo, en términos de “Buen Vivir”, de manera coherente con visiones de mundo que entienden que los humanos somos parte de eso que en las sociedades occidentales modernas suele llamarse “Naturaleza”, y no una especie pretendidamente superior que tiene el planeta a su servicio y lo visualiza y maneja como fuente de “Recursos Naturales” (MATO, 2014, p. 23).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, Vera Maria Ferrão. “Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos”. In: Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012. Disponibilidade: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a15.pdf>. Acesso 19/09/2017.

CARVALHO, Fábio, FERNANDES, Maria Luiza, REPETTO, Maxim (org.). Projeto Político-Pedagógico da Licenciatura Intercultural. Boa Vista, RR: Editora da UFRR/Núcleo Insikiran, 2008.

FERNANDES, José Guilherme dos Santos. “Interculturalidade e etnossaberes”. In: Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 39-65, jul./dez. 2016.

FERNANDES, Daniel dos Santos, FERNANDES, José Guilherme dos Santos. “‘A experiência próxima’: saber e conhecimento em povos tradicionais”. In: Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 127-150, jan./jun. 2015.

MATO, Daniel. “Universidades indígenas en América Latina. Principales características, logros, problemas y desafíos”. In: Revista Inclusión Social y Equidad en la Educación Superior (ISEES), Santiago de Chile, n. 14, p. 63-85, 2014.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Línguas indígenas brasileiras. Brasília, DF: UnB/Lali, 2013. Disponibilidade: http://www.lettras.ufmg.br/lali/PDF/L%C3%ADnguas_indigenas_brasiliras_RODRIGUES,Aryon_Dall%C2%B4Igna.pdf. Acesso; 24/09/2017.